



CONTRATO Nº 72/2018

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Siriri e a empresa: **CVE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA-EPP**, que tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, fundamentado no Pregão Presencial nº 06/2018.

A **Prefeitura Municipal de Siriri**, localizada à Praça Dr. Mário Pinotti, nº 306, CEP 49.630-000, Centro Siriri, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.110.408-0001-68, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. **JOSÉ ROSA DE OLIVEIRA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa: **CVE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 03.951.341/0001-30, sediada à Rua Getúlio Vargas, nº 110, Bairro Centro, CEP 49.630-000, Cidade de Siriri, Estado de Sergipe, representada neste ato por sua sócia administradora, a Srª **SANDRA REGINA SANTOS SILVA**, portadora da RG 1.100.410 2ª via SSP/SE e do CPF 589.970.915-49, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, fundamentado no Processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial de nº **06/2018**, que será regido em conformidade com a da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, obedecendo integralmente o regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, ainda, Lei Complementar nº 147/14 que altera a Lei Complementar nº 123/06, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação de veículos, quais sejam: **Item 01 - 03 (TRÊS) VEÍCULOS AUTOMÓVEL TIPO HATCH**, motor com potência mínima de 1.0, ano de fabricação e modelo a partir de 2018, Marca Fiat e Modelo Mobi; **Item 05 - 01 (UM) VEÍCULO CAÇAMBA**, ano de fabricação e modelo a partir de 2012, com capacidade para transportar no mínimo 12,00m³, Marca Mercedes Benz e Modelo 2324.

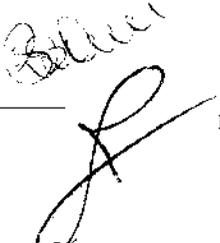
Item 07 - 01 (UM) VEÍCULO, TIPO ÔNIBUS, ano de fabricação e modelo a partir de 2016, com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, Marca VW e Modelo Marcopolo Ideali.

Conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 06/2018, e proposta da contratada que fazem parte integrante do presente termo.

CLAUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2. As despesas oriundas do objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos orçamentários do Orçamento **Programa de 2018**, da **Prefeitura Municipal de Siriri** com dotação suficiente, obedecendo a seguinte classificação:

14020 - Secretaria do Gabinete do Prefeito
2003 - Manutenção do Gabinete
3390.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte - 0100100 Próprios e 0199100 Royalties
14023 - Secretaria Municipal de Finanças


1



2005 – Manutenção da Secretaria de Finanças
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte – 0100100 Próprios e 0199100 Royalties

14032 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
2031 – Manutenção da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte – 0100100 Próprios e 0199100 Royalties

14034 – Secretaria Municipal de Transportes
2083 – Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte – 0100100 Próprios e 0199100 Royalties

14025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
2011 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
2014 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte – 0100100 Próprios, 0199100 Royalties e 0111100 MDE

14027 – Secretaria de Agricultura, Irrigação, Abastecimento e Meio Ambiente
2021 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrigação, Abastecimento e Meio Ambiente
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte – 0100100 Próprios e 0199100 Royalties

14033 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
2031 – Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte – 0100100 Próprios e 0199100 Royalties

2.1. No(s) exercício(s) seguinte(s), a execução do Contrato ficará assegurada mediante a emissão da Nota de Empenho à conta do elemento de despesa, da mesma natureza, constante na Lei Orçamentária respectiva.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3. Pela perfeita e fiel execução do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA**, referente ao **Item 01**, o valor de **R\$ 3.965,00** (três mil novecentos e sessenta e cinco reais) por cada veículo efetivamente utilizado durante o mês, totalizando o valor mensal estimado de **R\$ 11.895,00** (onze mil oitocentos e noventa e cinco reais); referente ao **Item 05**, o valor mensal de **R\$ 12.000,00** (doze mil reais), quando efetivamente utilizado durante o mês e referente ao **item 07**, o valor unitário de **R\$ 6,10** (seis reais e dez centavos) por quilômetro efetivamente rodado, totalizando o valor mensal estimado de **R\$ 25.620,00** (vinte e cinco mil seiscentos e vinte reais), perfazendo mensalmente o valor estimado de **R\$ 49.515,00** (quarenta e nove mil quinhentos e quinze reais), totalizando o contrato o valor global de **R\$ 594.180,00** (quinhentos e noventa e quatro mil cento e oitenta reais).

3.1. Nos preços estão incluídas todas as despesas de salários e encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras indispensáveis ao perfeito cumprimento das



obrigações decorrentes deste Contrato, exceto os impostos e as taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES E REVISÃO DOS PREÇOS

4.1. Os preços dos serviços, objeto do Contrato, permanecerão irrevoluíveis durante a vigência deste contrato, no caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice do INPC registrado pela Fundação Getúlio Vargas;

4.1.2. Se durante o período do contrato ocorrer aumento de preços no objeto dos serviços a serem contratados, em conformidade com a legislação pertinente, os mesmos serão readequados, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, devendo a comprovação ser feita pela apresentação a CONTRATANTE, por parte da CONTRATADA, da razão que autorizou o referido aumento;

4.3. A **CONTRATADA** obriga-se a repassar a **CONTRATANTE** todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura ou seja, Início em 15/05/2018 e Término em 14/05/2019, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60(sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II da 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

- Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para a execução do objeto, será de responsabilidade da Contratada;
- Pagamento das despesas com motorista e combustível para execução do contrato, conforme o caso será de responsabilidade da contratada;
- A CONTRATADA deverá executar o objeto descrito no termo contratual e outros que, porventura, venham a se fazer necessário durante o decorrer do período contratual;
- A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação dos serviços, o responsável pela empresa;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a **Prefeitura Municipal de Siriri** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato;
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante o prazo de vigência da garantia dada, estipulada na proposta da Contratada;



- Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração ou delito seja qual for, quando praticado por empregado seu e relacionado à execução do serviço prestado a **Prefeitura Municipal de Siriri**, sobretudo quando envolver o nome e ou a imagem deste ou de qualquer de seus servidores ou autoridades usuárias;
- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas, executando os serviços de forma direta e só podendo realizar **subcontratação** no limite de até **40 % (quarenta por cento)** do objeto contratual e mediante prévia e expressa autorização da contratante;
- Manter o motorista devidamente fardado e com crachá de identificação e estar devidamente habilitado para a condução do veículo a ele disponibilizado;
- Iniciar a prestação dos serviços no máximo, **48h** (quarenta e oito horas), contadas a partir da data da assinatura do Contrato;
- Em caso de quebra do veículo no horário da prestação de serviços, o mesmo deverá ser substituído em, no máximo **02 (duas) horas**, na sede do município e em, no máximo, **03 (três) horas** em outras localidades;
- Quando da realização das revisões ou serviços de manutenção, preventiva ou corretiva, de imediato fica a contratada obrigada a fornecer a contratante, outro veículo de iguais características **enquanto se fizer o reparo** do outro
- Substituir os veículos por outros mais novos de iguais características, conforme edital e proposta apresentada, anualmente, ou seja, de doze em doze meses, contados a partir da assinatura do contrato para que a frota se mantenha sempre atualizada e em perfeita condição de uso;
- Responsabilizar-se pelo pagamento de impostos sobre veículos automotores - IPVA, do Licenciamento e do Seguro Obrigatório, devendo ser apresentado a Contratante o comprovante de quitação dos mesmos;
- Responsabilizar-se pelo pagamento dos valores integral das franquias cobradas pela seguradora, em caso de necessidade de acionar o seguro do veículo contratado;
- Responsabilizar-se pela manutenção preventiva que deverá ser realizada mensalmente e pela corretiva sempre que necessário;

CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8. Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, fica designado o Servidor **RAFAEL MONTEIRO SOUZA SANTOS**, Secretário Municipal de Transporte lotado neste Órgão, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.



8.1. À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

I - Solicitar à **CONTRATADA** e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato;

II - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados, para garantir a qualidade desejada;

III - Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente dos preços;

IV - Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

8.2. A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9. O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art 73, inciso I, letra "a", "b", da lei 8.666/93, com alterações posteriores;

9.1. O serviço executado em desacordo com o estipulado no instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso;

9.2. Caberá ao Diretor de Transportes, da **CONTRATANTE**, o recebimento e a atestação da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondentes ao executado, em pleno acordo com as especificações contidas no Anexo I deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante apresentação das notas fiscais/faturas dos serviços objeto do Contrato. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas com um intervalo mínimo de 05 (cinco) dias consecutivos do seu vencimento, no protocolo da Prefeitura, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) contendo o atesto que os serviços foram executados; a Certidão Negativa de Débitos - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, Certidão Negativa de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, além da CNDT;

10.1.1 - Os documentos de cobrança relacionados acima, deverão ser apresentados no endereço: Praça Dr. Mário Pinotti, nº 306, Bairro Centro, CEP 49.630-000, Cidade de Siriri/SE, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores;

10.1.2 - O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º§ 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 5º e 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e artigos 5º a 8º da Resolução nº 296/2016 emanada do TCE/SE.



10.2. No caso de pagamento não ser efetuado no prazo acima fixado, tendo a **CONTRATANTE** dado causa ao atraso, o valor do débito será atualizado, desde a data prevista para a sua liquidação até a data do efetivo pagamento e a **CONTRATADA** fará jus a: **a)** multa moratória de 2%; **b)** juros moratórios de 1% ao mês, calculados pro-rata-die; e **c)** correção monetária calculada pro-rata-die, com base na variação do INPC;

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer débito referente à eventual irregularidade, inadimplência ou penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11. No caso de atraso injustificado ou inexecução, total ou parcial, do compromisso assumido com a **CONTRATANTE**, as sanções administrativas aplicadas à **CONTRATADA** serão:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.1. A multa será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela mensal do atraso e, no caso de atraso não justificado devidamente, cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor mensal da respectiva parcela afetada, o que não impedirá, a critério da **Prefeitura Municipal de Siriri**, a aplicação das demais sanções a que se refere esta cláusula, podendo a multa ser cobrada diretamente da **CONTRATADA**, amigável ou judicialmente;

11.2. Caso a **CONTRATADA** venha a falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, ficando sua aceitação a critério da **CONTRATANTE**.

11.4. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da **CONTRATADA**, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTRATO E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES

12.1 Compete a ambas as partes de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores e em outras disposições legais pertinentes, realizar, mediante Termo Aditivo e/ou Termo de Re-Ratificação, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

12.1.1. A critério da **CONTRATANTE** e em função das necessidades dos serviços, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do Contrato.



12.2. A Administração poderá cancelar a Nota de Empenho que vier a ser emitida, em decorrência do Pregão Presencial e rescindir o correspondente Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando assegurado o contraditório e o direito de defesa:

- a) for requerida ou decretada a falência ou liquidação da **CONTRATADA**, ou quando ela for atingida por execução judicial, ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômica e financeira;
- b) a Contratada for declarada inidônea ou punida com proibição de licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública;
- c) em cumprimento de determinação administrativa ou judicial que declare a nulidade da adjudicação.

12.3. Em caso de concordata, o Contrato poderá ser mantido, se a **CONTRATADA** oferecer garantias que sejam consideradas adequadas e suficientes para o satisfatório cumprimento das obrigações por ela assumidas;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

13. O presente Contrato poderá ser denunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e rescindido, a juízo da **CONTRATANTE**, nos casos previstos no Art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, reconhecidos os direitos da Administração.

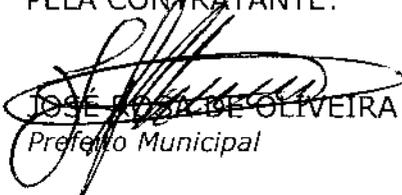
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Nossa Senhora das Dores, Estado de Sergipe, para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

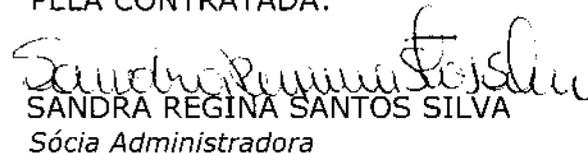
E, por estarem justos e pactuados, assinam as partes este Termo de Contrato, em três (02) duas vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo:

Siriri/SE, 15 de maio de 2018.

PELA CONTRATANTE:


JOSE ADILSON DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PELA CONTRATADA:


SANDRA REGINA SANTOS SILVA
Sócia Administradora

Testemunhas.

1. Frederico Katrom Souza Rocha
2. Tâmara Melo da Silva RG: 3078404-2 SSP/SE